

DOI: 10.30612/rmufgd.v12i23.15982

Global internet governance: influences from Malaysia and Singapore (Resenha)

Daniel Oppermann

Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF)

Niterói, RJ, Brasil

E-mail: danieloppermann@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2537-3271>

Resenha da obra LEONG, Susan; LEE, Terence. *Global internet governance: influences from Malaysia and Singapore*. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021.

Recebido em: 20/05/2022

Aceito em: 18/04/2023

Quando os primeiros passos para o desenvolvimento da Internet foram dados no Ocidente, a Malásia e Cingapura estavam dando seus próprios passos no Oriente para se recuperar de séculos de domínio colonial. As tentativas de criar um novo Estado e uma nação na Malásia foram acompanhadas de incertezas políticas quando a sociedade recém-formada se viu confrontada com lutas entre diferentes grupos étnicos que, sob o domínio colonial britânico, haviam sido alocados a diferentes tarefas e recursos e que agora tentavam aumentar sua própria influência no novo Estado. Parte desta luta pela participação e distribuição política e econômica foi a curta aliança de Cingapura e da Malaia como parte do mesmo Estado (Malásia) que terminou após apenas dois anos com a separação de Cingapura da Malásia. Cingapura então formou seu próprio Estado independente em 1965. Desde então, os dois Estados tomaram diversas medidas para melhorar o desenvolvimento econômico, ambos incluindo abordagens tecnológicas. Mas especialmente Cingapura se apoiou fortemente nas tecnologias da informação e comunicação (TIC), transformando-se em uma das sociedades digitais mais avançadas do mundo.

Em seu livro *Global Internet Governance. Influences from Malaysia and Singapore*, Susan Leong, pesquisadora da Universidade de Monash Malásia, e Terence Lee, da Universidade de Murdoch na Austrália, comparam os caminhos que estes dois países vizinhos tomaram no período pós-colonial e especialmente desde os anos 90, quando se conectaram à Internet. Através dos olhos de pesquisadores da comunicação com uma forte abordagem das ciências políticas e sociais, os autores apresentam dois capítulos para cada país para discutir, primeiro, a Internet dentro de cada contexto político nacional e, depois, a governança da Internet em ambos os países, antes de resumir suas descobertas e introduzir um modelo de governança no capítulo final.

Como consequência do domínio colonial, os discursos políticos e as preferências econômicas na Malásia e em Cingapura foram influenciados tanto pelos pensamentos oriental (principalmente do Japão e da China) quanto ocidental (principalmente do Reino Unido e dos EUA). Enquanto ambos os países compartilham em parte uma história comum, eles foram separados um do outro e adotaram abordagens ligeiramente diferentes para seu desenvolvimento econômico e tecnológico. Antes da presença da Internet no país da Malásia, o Primeiro Ministro Mahathir Mohamad havia introduzido a chamada política Look East no início dos anos 80 (analisada no capítulo 2), na qual ele sugeriu uma orientação do país em direção a modelos asiáticos de desenvolvimento econômico com um forte foco no Japão (PANDIAN et al., 2021). A intenção de Mahathir de implementar valores específicos, identificados entre outros como ética e disciplina de trabalho japonesa, visava a melhoria da economia e da sociedade

malaia que, nos anos seguintes, aumentou a produção de bens manufaturados e de tecnologia reduzindo sua antiga dependência da exportação de matéria-prima. Segundo os autores, o entendimento de ter criado um modelo híbrido de governança para o país ao tirar o melhor do Oriente e o melhor do Ocidente (LEONG; LEE, 2021, p. 14) poderia ter afetado a intenção ou o entendimento de criar modelos híbridos também em outras situações, como no caso da governança da Internet.

A abordagem *Look East* na Malásia foi seguida por uma série de políticas adicionais para o desenvolvimento econômico e social nas quais a ação afirmativa desempenhou um papel importante para beneficiar uma grande parte da população do país conhecida como *bumiputera*, que, diferente da população chinesa, por exemplo, tinha sofrido de desvantagens econômicas e sociais durante muito tempo. A importância de tais disparidades baseadas em motivos étnicos é sublinhada no livro (LEONG; LEE, 2021, p. 15), também em relação à violência entre diferentes grupos que se tornou um aspecto importante da história da Malásia e da Singapura (AHMAD FAROUK; HUSIN, 2020).

Quando a Internet se tornou conhecida e os gigantes tecnológicos de hoje começaram suas histórias de sucesso econômico no Ocidente, ambos os países haviam alcançado circunstâncias econômicas diferentes. Cingapura havia adotado tecnologias de informação e comunicação antes que a Internet chegasse ao país. Estava bem preparada tecnicamente e em termos de mão de obra qualificada quando a era digital começou. Segundo os autores, o pequeno Estado insular na costa da Malásia estava entre os primeiros do mundo a conectar todas as residências com uma rede híbrida de cabos de fibra óptica (LEONG; LEE, 2021, p. 32). Sua direção política em direção ao desenvolvimento tecnológico resultou em estratégias nacionais de computação e de TI nos anos 80 e na posterior marcação do país como uma ilha inteligente e, após 2014, como uma nação inteligente (capítulo 3).

A Malásia, entretanto, havia se concentrado menos na tecnologia até os anos 90, quando inaugurou o *Multimedia Super Corridor* (MSC), uma zona econômica especial para empresas de TIC de dentro e de fora do país. O MSC está localizado dentro e ao lado da capital Kuala Lumpur e tornou-se conhecido recentemente também sob o nome Malaysia Digital. As TICs foram escolhidas como parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional na Malásia, em torno da qual foram construídas regulamentações futuras. Projetos de jornalismo independente surgiram online, mas em certos momentos foram confrontados com a pressão do governo. No entanto, o acesso online à informação facilitou a mobilização política e no ano de 2008, a coalizão governista da Malásia perdeu as eleições pela primeira vez após a independência. Décadas de governo pelo mesmo grupo terminaram e muitos acreditavam que a mobilização

na Internet tinha desempenhado um papel importante. Desde então, a atenção do governo estava voltada para o possível impacto da Internet nas eleições, o que a Cingapura já havia entendido anos antes.

O forte foco nas TIC e no desenvolvimento econômico nos dois países continua nos capítulos seguintes sobre a governança da Internet. Embora fosse claro até agora que os autores estavam enfatizando o desenvolvimento nacional em dois países do sudeste asiático, o título do livro também indicava o debate sobre um fenômeno global. Estudiosos da governança global da Internet estão acostumados a ler sobre processos globais específicos, incluindo atores como Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN), o Internet Governance Forum (IGF) e outros (NEYER, 2021). Debates puramente nacionais, como são apresentados neste livro, são normalmente rotulados como governança da Internet ou mesmo regulamentação da Internet, mas raramente como globais. Uma vez que o leitor tenha chegado aos capítulos sobre governança da Internet, este detalhe precisa ser levado em conta.

As questões abordadas nos dois capítulos 4 e 5 sobre governança da Internet estão concentradas principalmente nas regulamentações e legislações nacionais relativas à Internet nos dois países. Isto inclui leis sobre crimes cibernéticos, comércio eletrônico, proteção de dados e serviços de governo eletrônico. Além disso, a China está entrando no palco. Especialmente no caso da Malásia, os autores sublinham a importância das empresas chinesas de tecnologia e Internet como Alibaba, Oppo, e Huawei que trouxeram não apenas tecnologia e produtos, mas também um modelo de governança que, diferente da abordagem multissetorial ocidental, estava enfatizando o multilateralismo e o papel do governo nacional como ator crucial. Para países semi-autoritários como Cingapura e Malásia, a abordagem chinesa de governança da Internet é parcialmente convincente, pois oferece sucesso econômico sem a necessidade de adaptação aos valores ocidentais e à democracia. Por outro lado, como ambos os países decidiram usar os modelos ocidentais sempre que lhes convinha, eles não queriam seguir os mesmos controles rígidos e a censura implementada por Pequim. O resultado foi o que os autores descrevem como um modelo híbrido de governança da Internet (capítulo 6). Este modelo aceita os aspectos globais da tecnologia e os combina com o nível local ou o interesse nacional. É um modelo que se mostra aberto para o mundo, mas restritivo para dentro sempre que convém ao grupo no poder. Um modelo que é “concomitantemente neoliberal e autoritário, ou como alguns argumentariam, semi-autoritário com doses variáveis de capitalismo de mercado”, mas também “adaptável, versátil e responsivo às mudanças econômicas e tecnológicas, mas hostil à dissidência sócio-política”. (LEONG; LEE, 2021, p. 92) Os autores o definem como um entendimento glocal da governança da Internet, uma combinação entre global e local.

Com este livro, Lee e Leong desenvolveram uma contribuição interessante para os debates sobre a governança da Internet, abordando países cujas posições são raramente apresentadas em debates globais sobre o tema. A posição híbrida assumida pelos dois países debatidos pode se tornar uma opção para aqueles que no futuro não quiserem se juntar a nenhuma das duas principais abordagens existentes do Oriente e do Ocidente.

REFERÊNCIAS

AHMAD FAROUK, Azeem Fazwan; HUSIN, Azrina. Balancing majority and minority rights: Lessons from Malaysia. *Malaysian Journal of Society and Space*, v. 16, n. 4, p. 326-335, 2020.

LEONG, Susan; LEE, Terence. *Global internet governance: influences from Malaysia and Singapore*. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021.

NEYER, Jürgen. After global governance: Technological innovation and the new politics of sovereignty in internet governance. *Zeitschrift für Politikwissenschaft*, 2021.

PANDIAN, Sivamurugan; FAUZI ABDUL HAMID, Ahmad; SINGH, Paramjit Singh Jamir; SYED SOPI, Saiyid Radzuwan. 'Look East Policy' after 35 years from social sciences perspectives: A new paradigm for Japan-Malaysia relations 1982-2017. *Cogent Social Sciences*, v. 7, n. 1, p. 2005276, 2021.